SUPREMO PODER: ANÁLISE DO ATUAL MODELO DE INDICAÇÃO DE MINISTROS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

LOPES, Jorge Cavalcante¹
RAMOS, Eduardo Russo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar ao leitor uma análise sobre o atual modelo de indicação de ministros ao Supremo Tribunal Federal, observando a função do Tribunal enquanto Corte Constitucional, sua composição e estrutura interna, a morfologia do tribunal e os requisitos exigidos pela Constituição. Apresenta-se o posicionamento de doutrinadores e juristas do direito constitucional, os quais se posicionam sobre o atual modelo pontuando críticas e sugestões de aperfeiçoamento. Discorre-se também sobre o papel do Senado Federal enquanto órgão legitimado a sabatar e aprovar o indicado à vaga ao Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Tribunal Constitucional; Composição do Supremo Tribunal Federal; Poder Judiciário; Direito Constitucional.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas do século XX, uma onda Constitucional tomou conta de toda a América Latina. O período pós autoritarismo resultou em uma onda de reformas judiciais, o que fortaleceu a independência judicial das instituições e concedeu poder às Cortes Constitucionais latino americanas (PAGANINI, 2020, pp. 76-91).

No Brasil, esse fenômeno de protagonismo das Cortes Constitucionais também é constatado. O Supremo Tribunal Federal ganhou o status de Guardião da Constituição, sendo o responsável pela interpretação das normas constitucionais (PAGANINI, 2020, pp. 76-91).

Tendo em vista a importância do papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal, e como este vem ocupando espaço cada vez mais amplo e profundo na vida social, política, econômica, moral e jurídica nacional, percebe-se a importância do processo de indicação e nomeação dos ministros que compõem a Corte.

¹ Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real de Guarapuava/PR. E-mail: dir-jorgelopes@camporeal.edu.br.

² Orientador. Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real e da UCP – Faculdades do Centro do Paraná. Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Membro do grupo de pesquisa “Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina” e editor do periódico discente Revista Sociologias Plurais, ambos vinculados ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia da UFPR. E-mail: prof_eduardoramos@camporeal.edu.br.

Para tanto, o presente trabalho analisa a estrutura institucional e constitucional do processo de indicação e aprovação de novos ministros, bem como os requisitos constitucionais impostos para que seja assegurada a legitimidade do processo.

A escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal é uma tarefa conjunta do Presidente da República e do Senado Federal. Conforme disposto no Art. 101 da Constituição da República, compete ao chefe do Executivo, observando as exigências constitucionais, indicar o nome do candidato à vaga. Por sua vez, o Senado Federal, cumpre o papel de aprovar ou não o indicado, a CCJ do Senado sabatina o candidato, e posteriormente este é submetido à aprovação do plenário.

Dessa forma, visto que o Senado participa do processo de indicação, indagando o indicado, questiona-se a eficácia do papel desempenhado pelo Senado, se é meramente homologatório, ou se realmente serve como filtro para indicação feita pelo Chefe do Executivo.

O objetivo deste estudo é expor o processo de composição do Supremo Tribunal Federal, trazendo o posicionamento de autores e juristas do direito constitucional e administrativo acerca do atual modelo de indicação e nomeação de ministros ao Supremo. O trabalho foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, que consiste na revisão da literatura de doutrinadores e juristas do direito constitucional, bem como pesquisadores da temática abordada.

2. O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Conforme a história do controle de constitucionalidade brasileiro, observa-se que no momento de criação dos poderes, a Constituição Imperial de 1824 instituiu os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador.

Conforme Ingo Wolfgang Sarlet e Luiz Guilherme Marinoni, nesse momento a Constituição previa ao Legislativo o poder de criar as leis, e ainda, interpretá-las, podendo, caso quisesse, revogá-las ou suspendê-las. O Legislador era colocado em posição máxima, sendo protegido pelo texto constitucional (SARLET & MARINONI, 2022, p. 454).

Visto que o Legislador era quem interpretava as leis, era negado ao Poder Judiciário durante a aplicação das normas, decidir ou fundamentar além do que previa o texto jurídico, sendo permitida apenas a interpretação literal da norma.

Basicamente, negava-se poder ao juiz para, aplicando a lei, pronunciar mais do que as palavras do seu texto. Nessas condições, não havia, como é óbvio, qualquer espaço para o controle judicial da constitucionalidade das leis.⁹⁵ Se o juiz não podia interpretar a lei, certamente não tinha como controlar a sua legitimidade. Os princípios que marcaram a Constituição de 1824, como o princípio da supremacia da lei ou da nítida e radical separação de poderes, ainda não abriam margem ao controle difuso, nem, muito menos, para o controle concentrado (SARLET & MARINONI, 2022, p. 454).

Posteriormente a Constituição de 1891 instituiu a Federação e a República. Foi nesse cenário em que houve a criação do Supremo Tribunal Federal, juntamente com a República, criado pelo Decreto n.º 848, de 1890, sendo o sucessor do Supremo Tribunal de Justiça do Império, previsto na Constituição monárquica de 1824. Com a Constituição de 1891 o Poder Judiciário se fortaleceu com as garantias da vitaliciedade e da irredutibilidade de vencimentos, detendo o poder de controlar a constitucionalidade das leis sob a forma difusa (SARLET & MARINONI, 2022, p. 454).

Foi Rui Barbosa quem carregou a Constituição de 1891 com elementos do direito americano, entre eles o controle de constitucionalidade, prevendo a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para reavaliar decisões de Juízes e Tribunais Federais.

O art. 59, II, da CF previu recurso ao STF das decisões dos Juízes e Tribunais Federais – cuja competência era regrada pelo art. 60 –, tendo o § 1.º, a e b, do mesmo artigo igualmente disciplinado recurso ao STF das sentenças das Justiças dos Estados em última instância: “a) quando se questionar sobre a validade ou a aplicação de tratados e leis federais, e a decisão do tribunal do Estado for contra ela”; e “b) quando se contestar a validade de leis ou de atos dos governos dos Estados em face da Constituição, ou das leis federais, e a decisão do tribunal do Estado considerar válidos esses atos, ou essas leis impugnadas”. Na mesma linha de aferição da lei em face da Constituição, afirmou o art. 60, a, que compete aos Juízes ou Tribunais Federais processar e julgar “as causas em que alguma das partes fundar a ação, ou a defesa, em disposição da Constituição Federal”. (SARLET & MARINONI, 2022, p. 454).

Tavares Filho também destaca a importância do pensamento de Rui Barbosa na inspiração do Supremo Federal Tribunal, tendo como modelo constitucional os Estados Unidos, onde há uma Suprema Corte instituída pela Constituição, a qual é o ápice da estrutura judiciária e possui o controle de constitucionalidade como competência principal (TAVARES FILHO, 2006, p. 5).

A partir da matriz americana inicial, o STF evoluiu para constituir hoje um tribunal onde coexistem características próprias dos sistemas americano e

européu de jurisdição constitucional. Sua competência para o controle de constitucionalidade centrou-se inicialmente no modo difuso, de matriz puramente americana, que se exerce em função de casos concretos, perante qualquer juiz, com efeitos limitados às partes do processo (inter partes) e acessível a qualquer do povo. O Tribunal passou, no decorrer do século XX, a incorporar gradualmente mecanismos do modo concentrado, criado na Europa a partir dos anos 1920, que permite discutir a constitucionalidade dos atos governamentais em abstrato, num número limitado de ações, exclusivamente perante o STF, com efeitos gerais (erga omnes). Nas décadas recentes, assistiu-se a um progressivo reforço do modo concentrado com a criação da ação declaratória de constitucionalidade, em 1993, e da súmula vinculante, em 2004. Ambos os institutos aumentaram a capacidade do STF de decidir matéria constitucional de forma rápida e eficaz, em caráter definitivo e sobrepondo-se aos juízes e tribunais inferiores, sob o fundamento de que seria necessário garantir a segurança jurídica e conter a multiplicação de processos (TAVARES FILHO, 2006, pp. 5-6).

Diante da inspiração americana trazida por Rui Barbosa, o sistema brasileiro de seleção e nomeação dos ministros também sofreu essa influência, sendo muito semelhante ao utilizado na seleção dos juízes da Suprema Corte dos Estados Unidos.

Compõe-se a Suprema Corte dos Estados Unidos de nove juízes, escolhidos pelo Presidente e por ele nomeados após aprovação do Senado, por maioria simples. A investidura dos membros da Corte se dá em caráter vitalício, inexistindo limites mínimos e máximos de idade, aposentadoria compulsória ou quaisquer requisitos capacitários, salvo a cidadania norte-americana (ESTADOS UNIDOS. Constituição dos Estados Unidos da América, 1787).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 dispõe que, o Supremo Tribunal Federal será composto de onze ministros, escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados após a aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta de votos. A escolha deve recair sobre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. A investidura se dá em caráter vitalício, com aposentadoria compulsória aos setenta e cinco anos, tendo em vista a recente promulgação da Emenda Constitucional nº 88, de 2015.

2.1 COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA INTERNA

Compreender a formação do Tribunal é atentar-se para as consequências de suas decisões. A importância de tal avaliação se reflete no fato de que as decisões do Tribunal possuem efeitos vinculantes que podem ocasionar catástrofes para um número incontável de casos. Tal lesão pode ter um alcance inominável, o que força o

Tribunal a observar atentamente as consequências práticas de suas decisões (PEIXOTO, 2012, p. 40-46).

A morfologia do Tribunal Constitucional compreende, essencialmente as formas de sua composição e estruturação interna. A morfologia objetiva corresponde ao fracionamento orgânico do Tribunal Constitucional com a finalidade de programar a divisão de tarefas, ou seja, a distribuição de competências regulamentadas pela Constituição, pela Lei do Tribunal Constitucional (v.g. Alemanha e Portugal) ou pelo Regimento Interno (v.g. Brasil) em Turmas, Senados, Grupos, Câmaras, Salas, Pleno etc. (PEIXOTO, 2012, p. 53).

Conforme Art. 3º e 4º do Regimento Interno do STF, o Plenário, as Turmas e o Presidente são órgãos do Supremo Tribunal Federal. Cada Turma é constituída de cinco ministros, sendo presidida pelo mais antigo dentre seus membros, por um período de um ano, vedada a recondução até que todos os seus integrantes hajam exercido a presidência, observada a ordem decrescente de antiguidade (PEIXOTO, 2012, p. 55).

Quanto à sua organização, o Supremo segue o modelo americano, o qual foi adotado por influência de Rui Barbosa, permanecendo com juízes vitalícios indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal (TAVARES FILHO, 2006, p. 6).

A Constituição Federal de 1988 preceitua condições para que um cidadão seja nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Dentre os requisitos constitucionais estão: ser brasileiro nato, conforme Art. 12, § 3º, IV, CF/88; estar no gozo dos direitos políticos, conforme Art. 14, § 1º, I, CF/88; ter mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, ilibada reputação, e notável saber jurídico, conforme Art. 101, CF/88. Ainda, o candidato é indicado pelo Presidente da República, e é nomeado depois de aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal, conforme parágrafo único do Art. 101, CF/88 (TAVARES FILHO, 2006, p. 6).

José Cretella Jr. define a nomeação dos ministros do Supremo como um ato administrativo complexo e discricionário. É complexo porque envolve a participação do Chefe do Executivo e do Senado Federal. E é discricionário porque o Chefe do Executivo escolhe o candidato de forma livre, desde que atendidas as condições impostas pela Constituição Federal. Importante mencionar que o ato de aprovação, ou desaprovação pelo Senado Federal não necessita de motivação (CRETELLA Jr., 1992, p. 3063).

Esta participação integrada na escolha e aprovação do indicado tem o objetivo de dar maior segurança e legitimidade à escolha dos mais altos magistrados do País. Tavares Filho adota o posicionamento da legitimidade, já que a indicação e aprovação por autoridade políticas seria determinante para dar o tom democrático ao processo de escolha, visto que essas autoridades são eleitas pelo voto popular (TAVARES FILHO, 2006, p. 7).

O processo de nomeação de um ministro do Supremo Tribunal Federal é composto por três etapas. Primeiro, havendo uma vaga em aberto, o Presidente da República seleciona um nome e envia ao Senado uma mensagem presidencial, submetendo o candidato à aprovação, a mensagem vai acompanhada do *curriculum vitae* do indicado. Como a escolha é discricionária, não é necessário apresentar motivação ou justificativa (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 24-25).

Na sequência, no Senado Federal a indicação é encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual emite um parecer sobre a indicação do novo ministro, conforme o Art. 101, inciso II, alínea "i", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), momento em que ocorrem as sabinas dos indicados.

Os pareceres verificam o preenchimento dos requisitos constitucionais para a indicação pelo Presidente da República. Os pareceres não trazem avaliações de natureza política, não debatem a conveniência da escolha daquele nome, ou o alinhamento ideológico dos indicados.

Caso o parecer seja aprovado pela CCJ, este segue para aprovação da maioria absoluta do plenário do Senado Federal. Questionamentos de natureza política são feitos diretamente para o candidato apenas no momento da sabatina. Importante ressaltar que a arguição dos indicados somente foi implementada a partir da Constituição de 1988.

Finalizada a sabatina, com aprovação do Senado, o Presidente da República nomeia o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 25).

2.2 FORMAS DE COMPOSIÇÃO SUBJETIVA

Para Peixoto há quatro formas de composição subjetiva dos Tribunais Constitucionais, sendo elas: a indicação política, a eleição popular, a ascensão funcional e o concurso público (PEIXOTO, 2012, p. 57).

Quanto à ascensão funcional, esta seria uma forma de composição decorrente da carreira da magistratura, como uma continuidade da carreira mediante promoção com determinados critérios. No entanto, para Peixoto essa forma de composição não é considerada a mais adequada.

Para Favoreau, a Corte Constitucional exige de seus integrantes o conhecimento de altas questões estatais e o controle da expressão da vontade democrática, o que não seria algo comum aos magistrados que compõem normalmente as jurisdições ordinárias, estes não tem a habitualidade de desempenhar suas funções em uma Corte com natureza jurídico-política (FAVOREU, 1995, p. 231).

Em relação ao concurso público como forma para a seleção dos integrantes da Corte, há aqui dois pontos positivos segundo Peixoto. Primeiro, a capacidade intelectual dos escolhidos, e segundo a ausência de uma apresentação formal do nome escolhido. Porém, esta forma também não é considerada a mais adequada, por conta da dificuldade existente na seleção dos examinadores daqueles que viriam a ser membros do Tribunal, bem como a possibilidade de um eventual vínculo afetivo com os examinados durante ou após o exame.

Mesmo aparentando ser uma forma legítima e democrática, a eleição popular não combinaria como forma de escolha dos membros da Corte. Isso pelo fato de que as decisões da Corte são impopulares, dificultando a eleição, e por conta de que o princípio da imparcialidade estaria comprometido. Assim, observando as demais formas, Peixoto destaca a indicação política como sendo a que mais condiz com a natureza da Corte Constitucional (PEIXOTO, 2012, p. 57-58).

Para Favoreau, a indicação política reforça a legitimidade da justiça constitucional, pois define a sua aceitação por aqueles sobre os quais incide seu controle e pela opinião pública (FAVOREAU, 1995, p. 233).

No Brasil o candidato é escolhido pelo Presidente da República e submetido à confirmação do Senado. Peixoto defende que além da participação do Presidente e do Senado, outras instituições participem da escolha, como: OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e Faculdades de Direito, para ele isso legitimaria ainda mais o processo de escolha (PEIXOTO, 2012, p. 59).

Verifica-se, portanto, como sendo primordial a participação de todos os poderes no processo de escolha do indicado, para assim evitar que um poder se sobreponha sobre outro.

2.3 LEGITIMIDADE DA COMPOSIÇÃO

No que diz respeito à composição dos integrantes da Corte Constitucional, Peixoto apresenta que existem três requisitos que reforçam a legitimidade da composição e que devem ser observados, são eles: o pluralismo, a representatividade e a complementaridade (PEIXOTO, 2012, p. 56).

O pluralismo constitui uma condição subjetiva implícita dos integrantes do Supremo Tribunal Federal. Quanto ao pluralismo, significa que a Corte deve conter uma composição pluralista, isto é, a diversidade cultural, ideológica, religiosa, econômica, política, linguística ou social de seus membros, para que assim haja aumento da representatividade de todos os grupos. (PEIXOTO, 2012, p. 57).

A representatividade diz respeito a exigência de que o indicado seja aprovado por maioria qualificada do Parlamento.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal. Entretanto, para Peixoto esse requisito da representatividade não estaria sendo observado no Brasil pelo fato de que a aprovação do nome indicado somente passa por apenas uma das duas Casas Legislativas nacionais, o Senado Federal (PEIXOTO, 2012, p. 57).

Para que o pluralismo e a representatividade sejam garantidos, Favoreau sustenta que é necessário a renovação regular dos membros da Corte. Para isso o mandato dos integrantes da Corte deveria ter prazo determinado, de forma que esse mandato não coincida com o início do mandato do chefe do Executivo, assim seria possível que a justiça constitucional acompanhe as eventuais mutações da sociedade (FAVOREU, 1995, p. 223).

Já a complementaridade exprime a necessidade de diferentes experiências profissionais por parte dos membros da Corte, como: magistrados de carreira, membros do Ministério Público, defensores públicos, integrantes da advocacia pública, advogados, e professores universitários. Assim é possível obter-se um equilíbrio político-jurídico por meio de uma Corte composta por variados profissionais (PEIXOTO, 2012, p. 57-58).

2.4 NOMEAÇÃO, DEPENDÊNCIA E INTERFERÊNCIA

Conforme mencionado, a escolha do indicado pelo Presidente é livre e discricionária. A razão para essa liberdade na escolha dos ministros do Supremo, é ancorada na convicção de que o Supremo não exerce apenas o papel jurisdicional, mas que tem papel político na conjuntura estrutural dos Poderes. Para tanto, tal liberdade permite que além de candidatos com saber jurídico e reputação ilibada, seja escolhido um nome que possua habilidade de lidar com as implicações políticas que são julgadas pelo Tribunal (TAVARES FILHO, 2006, p. 7).

Para Peixoto, o sistema político brasileiro propicia uma conexão peculiar e indesejável entre o chefe do Executivo e Supremo Tribunal Federal. Peixoto responsabiliza o Senado Federal, aduzindo que este não realiza de forma eficaz a avaliação dos indicados através de sabatinas. (PEIXOTO, 2012, p. 60).

O princípio da independência funcional garante a imparcialidade do juiz constitucional durante o desempenho de suas funções. Ainda que a indicação tenha natureza política, a politização partidária deve ser desvinculada do Tribunal a fim de evitar qualquer interferência prejudicial à imparcialidade dos magistrados, sob o risco de comprometer a sua legitimidade.

A independência deve ser real, e não mera ficção jurídica, visto que a designação exclusiva do Presidente da República, por exemplo, pode gerar vínculos afetivos com o designado e criar certa dependência. Destarte, a aprovação de um nome mediante votação por maioria parlamentar cumpre o papel de afastar tal dependência. Quanto maior a participação dos três poderes, menor a possibilidade da criação de vínculos afetivos ou de dependência. A irredutibilidade da remuneração e a vitaliciedade do cargo têm justamente o papel de conceder independência aos membros da Corte. A vitaliciedade é o que afasta a politização partidária e pressões sob o indicado. A irredutibilidade salarial tem o objetivo de impedir a intimidação de decisões por meio de retaliações financeiras (PEIXOTO, 2012, p. 60).

Tavares Filho também aponta que a independência de atuação dos ministros do Supremo resulta da proteção decorrente das garantias da magistratura, o que os tornam livres de ter que prestar contas para as autoridades indicantes, ou seguir orientações destes. Tavares ainda destaca a vitaliciedade como principal elemento para garantir a independência (TAVARES FILHO, 2006, p. 8).

Falcão apresenta que a taxa de fidelidade política de um Ministro é estrategicamente seletiva e varia no tempo. A tendência demonstrada é de que, no início do mandato, o Ministro tende a votar a favor do governo que o indicou nas ações decisivas. A independência de um ministro é construída à medida que os anos

passam, assim, a fidelidade entre indicado e indicante se dilui com o tempo (FALCÃO, 2015, p. 34).

No Supremo Tribunal Federal, o cargo de ministro é vitalício com aposentadoria compulsória. Tavares defende que se houvesse um mandato estipulado, haveria uma representação popular dos demais poderes, promovendo mudança e evolução nas decisões da Corte (TAVARES, 2005, p. 383).

Segundo Peixoto, a estipulação de um mandato fixo permitiria uma oxigenação das decisões, e nesse ponto, a doutrina estrangeira propõe um mandato com tempo de duração maior, a fim de aproveitar a experiência acumulada pelos membros da Corte, preservando a segurança jurídica e a previsibilidade do direito (PEIXOTO, 2012, p. 61).

Laila Khoury expõe que o critério de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal pode sugerir uma ideia de interferência do Poder Executivo no Judiciário. Justamente nesse contexto é que o critério de nomeação é questionado. As críticas ganham mais força quando se observa o caráter político de alguns entendimentos monocráticos exarados no Tribunal. A pesquisa de Khoury caminha no sentido contrário às críticas ao critério de nomeação de ministros ao STF.

A argumentação de Khoury é pautado na legitimidade conferida ao Presidente, detentor legítimo da vontade popular, e dentre seus poderes insere-se o de indicar e nomear as pessoas que integrarão o Supremo Tribunal Federal. Assim, afastar o critério político da nomeação é inviável e ilegítimo. (KHOURY, 2006, p. 162).

Seguindo sua linha de pensamento, Khoury conclui que o critério de nomeação não afeta a imparcialidade dos ministros do STF, e que seria impossível retirar o critério político da nomeação, pois para ela esse critério tem legitimidade popular, não implicando vinculação político-partidária (KHOURY, 2006, p. 172).

Dentre os pontos positivos do atual modelo, Khoury destaca a legitimidade constitucional do modo de nomeação do ministro, visto que a Constituição Federal estabelece a competência do Presidente da República para a indicação do futuro ministro, desde que preencha as exigências constitucionais: pessoa que possua mais de 35 anos, menos de 65 anos, que detenha notável saber jurídico e apresente reputação ilibada. Possuindo essas qualidades, o indicado será sabatinado pelo Senado e deverá ser aprovado com *quórum* qualificado (KHOURY, 2006, p. 161).

Sendo assim, mesmo que a nomeação seja de incumbência do Presidente, a nomeação depende obrigatoriamente dos requisitos constitucionais e da concordância do Senado Federal.

Esse modelo é alvo de críticas por entender-se que a escolha por parte do Executivo criaria uma espécie de vínculo, o que poderia comprometer a imparcialidade do futuro ministro. Para Khoury, tais críticas pautadas puramente no modo de nomeação, são insuficientes para atestar a influência política das decisões.

Para Joaquim Falcão existe um mito sobre o processo de escolha de um Ministro para o Supremo, o de que o candidato deve ser politicamente neutro, para ele isso nunca ocorreu. Falcão aduz que o Supremo Tribunal Federal é um órgão político, e que o momento de escolha de um ministro, é um dos únicos momentos em que a democracia eleitoral, por meio do Senado interfere no Judiciário (FALCÃO, 2015, p. 33).

2.5 REQUISITOS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988 dispõe que poderão ser nomeados ministros do Supremo Tribunal Federal os cidadãos que: sejam brasileiros natos; estejam no gozo dos direitos políticos; tenham mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade; possuam reputação ilibada e notável saber jurídico.

Os requisitos que definem quem pode ser indicado são condições subjetivas pertinentes aos integrantes da Corte, sendo elas: a idade mínima e máxima; a reputação ilibada; a capacitação técnica e profissional; a cidadania nata; o pleno gozo dos direitos políticos; as qualidades pessoais e a diversidade cultural (PEIXOTO, 2012, p. 62).

Aline Laura Toscano de Araújo e Carlos Sérgio Gurgel da Silva apontam os requisitos como sendo um reflexo do sistema de freios e contrapesos, que no modo de escolha dos membros da cúpula do Poder Judiciário, impõe essa escolha ao controle por parte dos poderes Executivo e Legislativo (ARAÚJO & SILVA, 2018, p. 659)

Em relação à idade mínima, esta é exigida a fim de garantir certa experiência profissional ao indicado. Enquanto a idade máxima fixada, tem a finalidade de garantir que o futuro membro do Tribunal possua pleno vigor para desempenhar seu cargo.

Dos requisitos acima elencados, constatamos a objetividade do critério estabelecido no tocante a idade, demonstrando a razoabilidade primada pela Constituição ao prezar por compor o Supremo Tribunal de pessoas que já tenham experiência adquirida, não sendo razoável entregar missão tão árdua em mãos demasiadamente jovens, os quais tendem a ser muito tecnicistas, bem como preocupou-se em estabelecer uma idade limite para o ingresso, considerando a mutabilidade do direito, e a necessidade de oxigenação dos tribunais superiores com pensamentos vanguardistas. (ARAÚJO & SILVA, 2018, pp. 659-660)

Exige-se também que os indicados sejam brasileiros natos, esta exigência é uma forma de proteção ao Estado Democrático de Direito, visto que o Presidente do Supremo Tribunal Federal pode ocupar temporariamente a Presidência da República no caso de afastamento ou impossibilidade dos antecedentes da linha de substituição (ARAÚJO & SILVA, 2018, p. 660).

Outro requisito para o cargo é a reputação ilibada do candidato. Mesmo sendo esse um requisito sem determinação específica, é primordial que o indicado possua uma postura proba, e que não existam condutas desabonadoras em sua vida, seja no âmbito profissional, social ou familiar (PEIXOTO, 2012, p. 63).

O notório saber jurídico e a reputação ilibada exigidos dos Ministros do Supremo por si só se justificam. O exercício de um cargo de tamanha relevância no âmbito nacional, necessita da mais proba reputação, de evidente lisura e honradez de conduta. O notório saber jurídico é de um tanto óbvio, sendo imprescindível que o candidato à vaga de ministro apresente destaque no mundo jurídico, como sendo vasto conhecedor da ciência jurídica, para que possa integrar tão proeminente corte, que dita os caminhos a serem percorridos pela justiça brasileira através da consolidação de seus entendimentos (ARAÚJO & SILVA, 2018, p. 660).

Ainda que não esteja previsto enquanto requisito, Peixoto é enfático em defender que o Presidente deve atentar-se a diversidade cultural do indicado. Peixoto justifica seu argumento no preâmbulo da Constituição que institui o Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar a justiça como valor supremo de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. E ainda, o Art. 1º, inciso V consagra o pluralismo político como fundamento do Estado Democrático de Direito (PEIXOTO, 2012, p. 117-118).

Para Aline Laura Toscano de Araújo e Carlos Sérgio Gurgel da Silva os requisitos de notório saber jurídico e reputação ilibada são de uma subjetividade intrínseca, os quais não seriam suficiente para garantir uma indicação imparcial. Os critérios utilizados para escolha de ministros ao STF sequer atendem as exigências de ingresso dos indicados ao STJ, visto que os membros do STJ devem possuir

também notável saber jurídico e reputação ilibada, sendo que escolha é condicionada a 1/3 dentre juízes e desembargadores de carreira, e 1/3 dentre advogados e membros do Ministério Público. Assim se percebe uma discrepância entre os critérios de ingresso no STF e no STJ, sendo que este último apresenta exigências mais criteriosas (ARAÚJO & SILVA, 2018, p. 661).

2.6 CRÍTICAS AO MODELO BRASILEIRO

Observando o modelo de indicação de ministro ao Supremo Tribunal Federal, se questiona se a atual forma de indicação dos ministros comprometeria a real autonomia do Supremo Tribunal Federal.

Acerca desse questionamento os juristas Virgílio Afonso da Silva e André Ramos Tavares divergem sobre esse assunto (PEIXOTO, 2012, p. 119).

Para Afonso da Silva, a imputação de falta de autonomia do Supremo Tribunal seria “inventar problemas onde eles não existem”. Mesmo não defendendo a atual forma de indicação, para ele não basta insinuar ou questionar a autonomia do Supremo, deve-se advertir que o Senado Federal não cumpre efetivamente sua tarefa no processo de escolha dos ministros (DA SILVA, 2008, p. A3).

De outro lado, Tavares afirma que o modelo exclusivamente político e pessoal de escolha admite uma estranha e indesejada proximidade entre o futuro integrante da Corte e o chefe do Executivo, para ele o atual modelo é arcaico e pode gerar grandes crises jurídico-políticas (TAVARES, 2008, p. A3)

Tavares também critica a atuação do Senado como sendo pífia, e conclui que o modelo atual ignora a necessidade da diversidade social, ideológica, política e econômica na Corte Constitucional, a representação de diversas faces da sociedade brasileira seria a única forma de gerar a real autonomia da Corte (TAVARES, 2008, p. A3)

Quanto aos pontos negativos do atual sistema, Khoury aponta que a idade mínima de 35 anos é muito baixa, visto que o aprofundamento do conhecimento jurídico demanda um tempo maior de experiência e aplicação jurídica prática. (KHOURY, 2006, p. 168).

Outro ponto negativo seria quanto ao notável saber jurídico, Khoury defende que o indicado seja bacharel em direito. Pois o texto constitucional aborda de forma extremamente singela a descrição desse requisito, deixando vago e impreciso o

alcance do que venha a ser notável saber jurídico. Assim, a sugestão é no sentido de que critérios sejam acrescentados para delimitar de forma precisa os requisitos exigidos pela Constituição. (KHOURY, 2006, p. 169).

Não obstante sua já longa tradição, o sistema descrito acima não está livre de abusos, e uma das primeiras dificuldades enfrentadas na história constitucional brasileira relativamente à composição do Supremo Tribunal Federal diz com o cumprimento dos requisitos constitucionais de notável saber jurídico e reputação ilibada. A Constituição de 1891 não era específica quanto ao saber exigido ser jurídico, lacuna que deu azo a que o Marechal Floriano Peixoto indicasse o pediatra Eduardo Ribeiro e dois generais para o cargo de Ministro do STF. Ao final, o Senado, respaldado em parecer da Comissão de Constituição e Diplomacia, rejeitou as indicações, não obstante as boas relações que guardava com o Executivo. As Constituições que se seguiram passaram a definir como jurídico o saber que se exigia dos futuros Ministros, resolvendo definitivamente o problema, ao menos no que toca ao aspecto formal (TAVARES FILHO, 2006, p. 9).

Outra crítica é o alto número de ministros indicados por um único presidente, uma preocupação que deve ser observada pela comunidade política e jurídica, visto que uma composição indicada por um único governo pode influenciar intensamente na orientação ideológica e partidarização da Corte. Portanto, mais uma vez Peixoto defende que uma normatização que distribua as indicação entre os poderes e instituições democráticas seria mais prudente. A indicação feita pelo Executivo, pelo Judiciário e pelas casas legislativas Senado e Câmara dos Deputados proporcionaria um balanceamento na designação de membros do Tribunal (PEIXOTO, 2012, p. 123).

Além da participação dos três poderes, Peixoto propõe a presença das instituições democráticas:

A indicação autônoma de parcela dos ministros do STF pelo chefe do Executivo, pelo Judiciário, pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados seria conveniente por proporcionar um balanceamento entre os poderes na designação dos membros do Tribunal. Além da participação dos três poderes, a presença das instituições democráticas no processo seletivo, como a Ordem dos Advogados do Brasil, as Faculdades de Direito com programa de doutorado, o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública, tornaria o processo seletivo mais democrático e menos suscetível de indicações equivocadas (PEIXOTO, 2012, p. 123).

Outro fator que merece atenção, é quanto a composição do Congresso Nacional. Pois caso a maioria do Congresso seja governista, é pouco provável que a base aliada ao governo desaprove uma indicação feita pelo Presidente. Por essa

razão é que seria mais conveniente o aumento do quórum de aprovação do ministro indicado para a maioria qualificada de dois terços dos parlamentares. O aumento para maioria qualificada de dois terços resguardaria a legitimidade do Supremo Tribunal Federal. Pois conforme enfatizado por Peixoto, o Tribunal deve ater-se a representatividade, colocando em prática a aprovação do indicado por maioria qualificada do Parlamento, tornaria possível a participação de minorias parlamentares no processo de escolha, o que no modelo atual não ocorre. Dessa forma também seria possível combater a chamada “sabatina meramente formal”, oportunizando o debate democrático (PEIXOTO, 2012, p. 124).

Em contraposição à vitaliciedade do ministro do STF, a estipulação de um mandato fixo de nove anos (v.g. Itália, França, Portugal, Bulgária, Polônia, Coreia do Sul e Espanha) seria aconselhável pela semelhança com os cargos eletivos e pela possibilidade de evolução das decisões da Corte. A recomposição parcelar dos ministros a cada triênio também seria conveniente, uma vez que providenciaria o balanceamento entre transição e experiência. A reeleição não seria adequada porque os ministros poderiam condicionar suas decisões aos interesses populares ou da autoridade política indicadora de modo a conquistar o apoio para outro mandato (PEIXOTO, 2012, p. 125).

O senador Marcelo Crivella chegou a propor uma Proposta de Emenda Constitucional, PEC nº 51/2009, a qual prevê que os ministros do Supremo Tribunal Federal sejam confirmados pelo Senado Federal a cada quatro anos.

Em 25 de março de 2009, Flávio Dino, na época deputado federal, propôs a PEC nº 342/09, a qual sugeria a fixação de um mandato de onze anos, sendo vedada a recondução. Conforme essa PEC, o Presidente indicaria cinco ministros, condicionada a aprovação de três quintos dos membros do Senado Federal. Ainda, a Câmara dos deputados, o Senado Federal, e o próprio Supremo Tribunal Federal, teriam cada instituição dois nomes para indicar. Nesse caso todos os nomes seriam escolhidos a partir de listas tríplexes apresentadas pelo Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e órgãos colegiados das faculdades de direito, desde que tenham programa de doutorado há dez anos.

Para Peixoto a aprovação da PEC nº 51/2009 não seria aconselhável, pois conforme os argumentos anteriormente citados, um mandato muito curto causaria instabilidade das decisões e entendimentos do Tribunal, o que seria prejudicial à

segurança jurídica. Já em relação a PEC n° 342/09, Peixoto entende que essa proposta traria maior representatividade dos cidadãos, ademais, essa proposta segue as tendências dos estudiosos da justiça constitucional (PEIXOTO, 2012, p. 125).

Além da participação do Senado Federal e do Presidente da República, Peixoto sugere a participação do Judiciário, da Câmara dos Deputados, da Ordem dos Advogados do Brasil, da Defensoria Pública e do Ministério Público, para também participarem do processo de investidura de ministros do Supremo Tribunal Federal. Peixoto conclui enfatizando que o processo de escolha e indicação de futuros ministros ao Supremo Tribunal Federal, deve pautar-se na diversidade cultural, ideológica, política, sociológica, étnica, racial e religiosa da nação, para que assim representando a imagem do país, o qual tem formação pluralista, seja possível solucionar os conflitos sociais, jurídicos e políticos da nação (PEIXOTO, 2012, pp. 130-133).

Outro problema seria a influência de laços de amizade entre os indicados e o Presidente da República, o não é estranho à prática constitucional brasileira. Diante da Constituição de 1891, Carlos Maximiliano registra que na época grande parte das nomeações tinham intuito de galardoar serviços políticos. Assim, questiona-se de que forma estabelecer um equilíbrio institucional que impeça a politização do tribunal sem atingir sua independência, assegurando a legitimidade da justiça constitucional. Afim de aprimorar o sistema atual, resta investigar novas medidas que possam ser empregadas no Brasil (TAVARES FILHO, 2006, p. 9-10).

2.7 AS SABATINAS

A CCJ, Comissão de Constituição e Justiça do Senado, é primeiro filtro pelo qual os indicados pelo Presidente devem passar, antes da aprovação pelo plenário do Senado. Historicamente as sabatinas tem a má fama de serem superficiais em seus questionamentos, ressaltando o charme, a empatia e os floreios no currículo do indicado. O papel das sabatinas, deveria ser a aferição de pontos importantes, como a filosofia jurídica dos candidatos, qual o comportamento dos futuros ministros, e quais possíveis posicionamentos em momentos de crise da Corte, ou diante de casos difíceis, como o conflito de princípios. Entretanto tal papel não sido feito a contento (RECONDO, & WEBER, 2019, p. 88-89).

Conforme a atuação do Supremo veio ganhando destaque nos veículos de comunicação, a opinião pública passou a acompanhar mais atentamente as indicações para futuros membros da Corte. Consequentemente as sabatinas passaram por aprimorações. Foi alterado o regimento interno do Senado, afim de alimentar o debate público a respeito dos nomes apontados. O regimento passou a estabelecer que após lido o relatório da indicação, seja concedida vista coletiva para que os senadores e a sociedade possam avaliar a escolha.

E ainda, o texto dispõe que o portal do Senado Federal possibilitará à sociedade encaminhar informações sobre o indicado ou perguntas a ele dirigidas, que serão submetidas ao exame do relator com vistas ao seu aproveitamento, inclusive quanto à necessidade de realização de audiência pública em face das informações e indagações recebidas, assim preceitua o regimento.

O texto também impõe limitações, por exemplo, que o juiz que antecipa juízo sobre determinada causa não possa ser submetido ao julgamento dos senadores. Assim, os indicados, ao serem sabatinados, protegem-se sob esse escudo da Lei Orgânica da Magistratura e fornecem aos parlamentares respostas lacônicas, que não comprometam seu juízo a respeito da matéria (RECONDO, & WEBER, 2019, p. 91).

Sobre isso, Joaquim Falcão aponta que na dinâmica das sabatinas, é comum que o indicado não revele seu voto ou decisões futuras, que viriam a ser tomadas caso o indicado se torne ministro. Na sabatina é dever do Senado Federal fazer a arguição pública do candidato a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso deve ser feito arguindo, interrogando, e examinando o indicado, afim de que chegue a formação de um juízo sobre o candidato, para que depois decida pela aprovação ou desaprovação. Falcão critica o posicionamento de indicados que permanecem neutros, evitando polêmica, pois isso estaria num sentido contrário à missão da sabatina de conhecer melhor o futuro ministro. Sobre esse posicionamento engessado e neutro, Joaquim Falcão aduz que existe um mito sobre o processo de escolha de um Ministro para o Supremo, o de que o candidato deve ser politicamente neutro, para ele isso nunca ocorreu. Falcão aduz que o Supremo Tribunal Federal é um órgão político e que o momento de escolha de um ministro é um dos únicos momento em que a democracia eleitoral, por meio do Senado, interfere no Judiciário (FALCÃO, 2015, pp. 30-33)

Não há problema que o indicado apresente sua visão do Brasil, de sociedade e de mundo, pelo contrário, isso enriquece o conhecimento sobre o indicado. Assim

como demais autores já citados, Falcão também entende que a pluralidade do Supremo é indispensável, pois isso diversifica o tribunal e colabora para o avanço do conhecimento. O que não deve ocorrer é a confusão entre visões e posicionamentos com compromisso partidário de voto no curto prazo. É necessário equilíbrio, para que haja independência. A atuação político-partidária, direta ou indireta, dos juízes é vetada pela Constituição. Aqui surge um problema, visto que cada governo, cada chefe do Executivo buscará indicar alguém que vote a favor do governo em eventuais ações em julgamento no Supremo. A solução dos chefes do Executivo tem sido escolher um candidato cuja vida profissional indique sua tendência. Trata-se de avaliação de risco decisório (FALCÃO, 2015, p. 33).

Acerca das sabatinas Joaquim Falcão enfatiza que a sociedade tem desejo de questionar o indicado, e propõe uma sabatina democrática:

A sabatina democrática que propomos, porém, não se trata de comprometer o futuro do candidato por meio de uma sutil negociação: se votar assim, então aprovamos. Trata-se de esclarecer o passado da pessoa indicada, permitindo que se avalie o sentido ético-político da indicação. Quais seriam as partes – sobretudo empresas, escritórios de advocacia e interesses de governos – que a candidata se sentiria suspeita para julgar imparcialmente? Qual sua filiação partidária, as atividades ou as causas políticas que ela abraçou ao longo da vida? Qual o histórico de sua vida associativa? E de sua declaração de bens? Tem parentes no setor público? (FALCÃO, 2015, p. 36-37).

É necessário que se mude o hábito das sabatinas meramente formais e homologatórias, pois isto limita o potencial democrático do Senado. É importante que a sociedade tenha conhecimento sobre quem é a pessoa indicada e qual seu “DNA” jurídico-político. A participação cidadã no questionamento e arguição do indicado serve para legitimar o futuro ministro e dignificar a democracia (FALCÃO, 2015, p. 36-37).

Para Álvaro Palma de Jorge, na maioria das sabatinas os senadores promoveram uma espécie de celebração coletiva do nome indicado, entretanto isso não justifica as alegações de que o Senado simplesmente não cumpre sua missão constitucional. As audiências indicam ao escolhido o papel a cumprir, deixando claro que detém o poder de veto, que a sabatina é importante e que pode vetar um nome a qualquer momento. Isso, por si só, exerce sobre o Chefe do Executivo algum grau de influência no processo de escolha. Assim, a discricionariedade do Presidente se vê afetada pela mera existência do poder de veto do Senado Federal. Isso faz com que o Chefe do Executivo se obrigue a escolher um nome que agrade a todas as bancadas

do Senado Federal. Portanto, verifica-se que o controle constitucional do Senado ocorre e tem sido exercido (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 73).

2.8 SUGESTÕES

Álvaro Palma de Jorge, apresenta sugestões que ampliariam o debate e a transparência no processo de avaliação dos candidatos.

A primeira sugestão é que o Presidente da República ao indicar um nome apresente a motivação do ato de escolha, critérios utilizados para a seleção daquele nome. Os motivos para a seleção de um indicado deveriam ser compartilhadas com o Senado, a mídia e a sociedade. Para que assim se dê início aos debates em torno do nome escolhido, a partir disso o processo ganharia vida própria, tornando mais eficaz o controle exercido pelo Senado (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 129).

A segunda sugestão de Álvaro Palma de Jorge é referente aos debates e indagações ao indicado.

Uma segunda sugestão decorre da constatação de que há espaço para debates mais bem fundamentados, conforme comprovam as sabinas mais recentes. Para tanto, necessário que (i) o maior conjunto possível de informações esteja disponível para a análise dos senadores e público em geral; e (ii) que exista um prazo razoável para a análise destas informações antes da sabatina. O nível de informação adequado é condição para um debate horizontal na abrangência e vertical no detalhamento. Sugere-se, assim, a adoção da prática adotada pelo Senado Norte-Americano, qual seja, a submissão de um questionário prévio a ser respondido pelo candidato e enviado para os senadores antes da sabatina, devendo as respostas do indicado, salvo em hipóteses de justificada confidencialidade determinada pela lei ou amparada em direito à privacidade, ficar disponíveis para consulta do público em geral (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 130).

Dentre essas informações deveria constar: com quais autoridades o candidato teve contato antes e depois de sua indicação para o Supremo; quais valores o candidato gastou desde a indicação, com a contratação de assessorias, viagens etc; quais as respectivas fontes de custeio; quais possíveis conflitos de interesse que o candidato poderia ter no Supremo, em virtude de relações pessoais ou profissionais anteriores; e qual a situação patrimonial do indicado (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 129-130).

A terceira medida é a utilização das audiências públicas. A participação da sociedade organizada empresta ao processo o necessário contraditório de ideias.

Assim, ainda que o candidato procure não revelar as suas convicções, o debate provocado pelos diferentes grupos de interesse empurra a avaliação para a discussão do espectro ideológico e para as ideias gerais dos indicados (ÁLVARO PALMA, 2020, p. 130-131).

Por fim, Álvaro Palma sugere que os canais virtuais de participação social já utilizados sejam reforçados. A criação de um sítio eletrônico oficial pelo Senado poderia ser o canal adequado para concentrar todo o conjunto de informações e manifestações.

Ainda sobre sugestões para melhorar o atual sistema de indicação, Tavares Filho propõe a redistribuição da prerrogativa de nomear os ministros do Supremo Tribunal Federal, retirando a exclusividade do Presidente da República e introduzindo a participação do Congresso Nacional e do próprio Judiciário (TAVARES FILHO, 2006, p. 17).

Que as exigências de qualificação dos candidatos sejam mais rígidas e específicas, buscando candidatos entre categorias profissionais determinadas como magistrados, advogados, professores universitários, membros do Ministério Público, juristas, dos quais se exige experiência profissional específica. É aconselhável o abandono de critérios vagos e genéricos como o de notável saber jurídico, adotado na Constituição de 1988, para determinação da capacidade dos candidatos. A participação mais ativa do Senado Federal na escolha dos ministros do Supremo poderá ser obtida mediante a fixação de quórum mais alto para confirmação das indicações feitas pelo Presidente da República. A exigência de aprovação por dois terços ou três quintos, por exemplo, tornaria necessária a concordância dos membros da oposição do governo indicante, forçando a criação de um consenso mais amplo (TAVARES FILHO, 2006, p. 18).

3 CONCLUSÃO

O atual sistema brasileiro de indicação e nomeação foi moldado a partir do modelo americano, o qual possui uma Suprema Corte no ápice da estrutura judiciária.

Sobre esse sistema o principal questionamento levantado é acerca do possível vínculo que possa surgir entre indicado e autoridade indicante, e quais consequências oriundas da indicação política.

Quanto a isso, alguns autores afirmam que o modelo exclusivamente político e pessoal de escolha admite uma estranha e indesejada proximidade entre o futuro integrante da Corte e o chefe do Executivo, podendo gerar grandes crises jurídico-políticas. Levanta-se essa controvérsia se há ou não independência do Poder Judiciário num sistema em que os membros do seu órgão superior são indicados pelo Chefe do Executivo com critérios flexíveis e subjetivos.

Outros autores defendem que não há vínculo e que a indicação política não afeta a imparcialidade dos ministros. Para esses autores a principal fundamentação seria a legitimidade do atual modelo, o qual fundamenta-se na legitimidade conferida ao Presidente, detentor legítimo da vontade popular, e dentre seus poderes insere-se o de indicar e nomear as pessoas que integrarão o Supremo Tribunal Federal. Assim, a escolha dos candidatos pelo Presidente da República e sua aprovação pelo Senado Federal conferem legitimidade democrática às nomeações.

Ainda que seja discutida a influência política e a independência do processo de indicação, percebe-se que há meios de assegurar a independência e isenção do ministros. Destaca-se a irredutibilidade da remuneração e a vitaliciedade do cargo. A vitaliciedade tem o objetivo de afastar a politização partidária e pressões sob o indicado, enquanto a irredutibilidade salarial tem o objetivo de impedir a intimidação de decisões por meio de retaliações financeiras.

Há também indagações sobre a atuação do Senado Federal enquanto órgão responsável por sabatar e aprovar o nome indicado.

Para alguns autores a atuação do Senado seria meramente formal e homologatória, e que o modelo atual ignora a necessidade da diversidade social, ideológica, política e econômica na Corte Constitucional.

Para outros, a simples existência da possibilidade de veto por parte do Senado já seria um mecanismo hábil de obrigar o Presidente a escolher um nome à altura, que seja aprovado por distintas bancadas do Senado.

Ao longo da pesquisas observou-se um ponto em comum entre os autores e juristas, a crítica aos requisitos constitucionais descritos de forma imprecisa pela Constituição.

Conceitos como reputação ilibada e notável saber jurídico, são requisitos genéricos, imprecisos e subjetivos. São conceitos abertos que se amoldam conforme o termômetro do Senado Federal.

Portanto, objetivando o aprimoramento do sistema brasileiro de indicação e nomeação de ministros ao Supremo Tribunal Federal, se oferece aqui medidas a serem adotadas para conferir mais legitimidade ao processo.

Sendo elas: a escolha dos candidatos compartilhada pelo Executivo, Legislativo e Judiciário; a estipulação de critérios mais específicos de qualificação pessoal e profissional; que os indicados sejam escolhidos entre categorias profissionais determinadas como a magistratura, Ministério Público, advocacia, professores universitários; que o quórum para aprovação pelo Senado dos candidatos seja de dois terços.

É de fundamental importância a participação da sociedade nos debates sobre a seleção dos membros do Supremo, bem como sobre o próprio modelo de indicação e nomeação.

Conforme visto, a indicação é um ato discricionário, um ato político do Chefe do Executivo, assim, a participação popular é necessária para a legitimidade do procedimento, visto que assim funciona a democracia. Nas palavras de Bauman, “a democracia se expressa numa contínua e incansável crítica às instituições; é um elemento anárquico, de ruptura, dentro do sistema político; uma força de dissensão e de mudança.” (BAUMAN, 2006, p. 14).

SUPREME POWER: ANALYSIS OF THE CURRENT MODEL FOR APPOINTING MINISTERS TO THE FEDERAL SUPREME COURT

Abstract: This article aims to present the reader with an analysis of the current model for appointing ministers to the Federal Supreme Court, observing the function of the Court as a Constitutional Court, its composition and internal structure, the morphology of the court and the requirements required by the Constitution. The position of scholars and jurists of constitutional law is presented, who take a position on the current model, highlighting criticisms and suggestions for improvement. It also discusses the role of the Federal Senate as a legitimate body to examine and approve the nominee for the vacancy at the Federal Supreme Court.

Keywords: Constitutional Court; Composition of the Federal Supreme Court; Judicial power; Constitutional law.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, Virgílio. **A atual forma de indicação dos ministros do STF compromete a autonomia do Judiciário? Não - inventando problemas.** Folha de S. Paulo, 19 jul. 2008. seção opinião, tendências/debates

ARAÚJO, Aline Laura Tostano de; SILVA, Carlos Sérgio Gurgel da. A indicação de ministro do STF pelo presidente da república e a subjetividade de seus critérios à luz do princípio da independência dos poderes. **Revista Jurídica Luso-Brasileira.** Ano 4 (2018), nº 2, pp. 645-683. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/2/2018_02_0645_0683.pdf. Acesso em: 30 out.2023.

BARROSO, Luís Roberto. **Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito:** o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

CRETELLA Jr., JOSÉ. **Comentários à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.

FALCÃO, Joaquim. **O Supremo:** Compreenda o poder, as razões e as consequências das decisões da mais alta Corte do Judiciário no Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

FAVOREU, Louis. **As cortes constitucionais.** São Paulo: Landy, 2004.

FAVOREU, Louis. **Legitimidade e legitimação da justiça constitucional.** Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

JORGE, Álvaro Palma de. **Supremo interesse.** Rio de Janeiro: Synergia, 2020.

KELSEN, Hans. **Jurisdição constitucional**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KHOURY, Laila Antônio. Critérios de nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal. **Curso de Direito**, Brasília, v. 6/7, p. 159-175, jan. 2005.

PAES, T. **A influência do processo de escolha dos ministros da suprema corte na judicialização da política**: uma análise empírica do procedimento da sabatina. Dissertação de mestrado - FGV Direito Rio. Rio de Janeiro, 2011.

PAGANINI, Gustavo Oliveira. O Supremo Tribunal Federal: Uma análise sobre o papel de Corte Constitucional e Tribunal Político. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 03, pp. 76-91. janeiro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: O Supremo Tribunal Federal: Uma análise sobre o papel (nucleodoconhecimento.com.br). Acesso em: 29 mar.2022.

PEIXOTO, Leonardo Scofano Damasceno. **Supremo Tribunal Federal**: composição e indicação de seus ministros. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2012.

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **Os onze**: o STF, seus bastidores e suas crises. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. – São Paulo: Malheiros, 2004.

TAVARES FILHO, Newton. **Democratização do processo de nomeação dos ministros do supremo tribunal federal**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2006.

TAVARES, André Ramos. **A atual forma de indicação dos ministros do STF compromete a autonomia do Judiciário? Sim - o STF na agenda política**. Folha de S. Paulo, 19 jul. 2008. seção opinião, tendências/debates.